

POSICIONAMENTO DO SETOR PRODUTIVO DO DF SOBRE O PEDIDO DE INTERVENÇÃO FEDERAL EM TRAMITAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

INTERVENÇÃO NÃO É SOLUÇÃO!

As entidades que integram o Fórum do Setor Produtivo do Distrito Federal - Federação das Indústrias do DF (Fibra); Federação do Comércio do DF (Fecomércio); Federação da Agricultura e Pecuária do DF (Fape/DF); Federação Nacional de Transportes de Cargas (Fenatac); Federação das Associações Comerciais e Industriais do DF (Faci/DF); e os respectivos sindicatos filiados; Câmara dos Dirigentes Lojistas do DF (CDL/DF); e outras entidades representativas do setor empresarial - Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae/DF); Associação Comercial do DF (ACDF); Associação Brasileira de Construtores – Asbraco; Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do DF (Ademi/DF); Conselho Regional de Economia do DF (Corecon/DF) - reunidas no simbólico Salão Azul do Hotel Nacional, palco de ações decisivas e históricas, para debater o pedido de intervenção federal no Distrito Federal, em tramitação no Supremo Tribunal Federal, manifestam os seguintes posicionamentos:

- 1. Sem nenhum envolvimento em questões de natureza político-partidária, as entidades representativas do setor produtivo sempre defenderam os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade que garantem a transparência na administração pública e nas suas relações com o setor privado;*
- 2. Apesar da gravidade da crise, reafirmamos nossa preocupação com os seus reflexos na economia, no emprego e na manutenção da ordem pública do Distrito Federal e defendemos que as soluções encontradas para a sua superação, quaisquer que sejam elas, tenham, acima de tudo, compromisso com a não paralisação da atividade econômica do Distrito Federal e com a preservação da sua autonomia política;*
- 3. Não há necessidade de intervenção federal. Acreditamos que os dispositivos legais e constitucionais e o respeito à linha sucessória legal são instrumentos suficientes para a busca de soluções para a crise política, tendo em vista que garantem o pleno funcionamento das instituições, da máquina pública e da atividade econômica no DF;*
- 4. Não acreditamos em medidas radicais para enfrentar a crise política. A sua solução se dará com a garantia da apuração de todas as denúncias pelas legítimas instâncias jurídicas, a punição dos culpados e o fortalecimento das instituições. À Justiça cabe identificar os desmandos, corrigi-los e punir os responsáveis, retirando-os definitivamente da vida pública;*
- 5. O setor produtivo do Distrito Federal permanece mobilizado, acompanhando a evolução e os desdobramentos da crise, e continuará a desenvolver ações juntos aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para defender a legalidade, a governabilidade, a democracia, a união da sociedade e a preservação da auto-estima de todos os brasilienses;*
- 6. Repudiamos, portanto, a proposta de intervenção federal que, no atual momento da nossa história, seria abrupta, açodada, desnecessária e uma afronta às liberdades democráticas.*

Brasília, 26 de fevereiro de 2010